

Geopolítica e soberania na Amazônia: revisão histórica e aplicação da política a esse espaço geográfico

Andre Rolim da Silva*

Introdução

O Brasil é, indiscutivelmente, um dos países de maior relevância no concerto das nações. Sua porção territorial, com mais de 8,5 milhões de km², já o coloca como um dos mais destacados. Qualquer que seja a perspectiva de observação do mapa político mundial, seja pela ótica ocidental, seja pela ótica oriental, o Brasil se destaca, significando que sua história evolutiva tem íntima ligação com esse *status* atual.

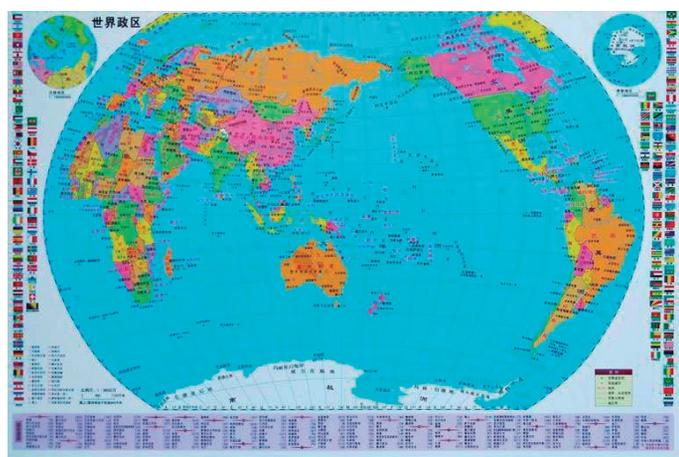


Figura 1 – Mapa mundial segundo a China
Fonte: brasildelonge.com

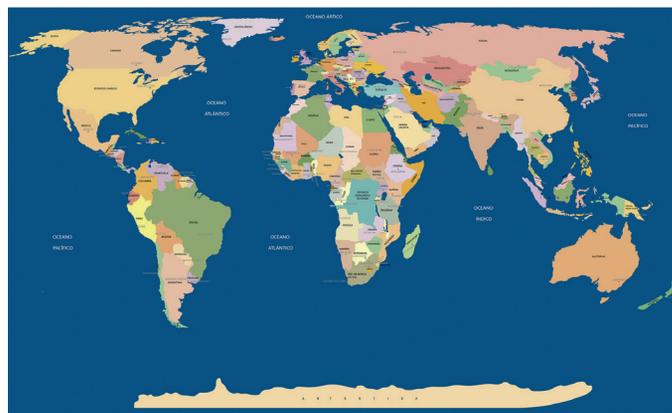


Figura 2 – Mapa mundial segundo o Ocidente
Fonte: mapasmundi.com.br

Ademais, sua participação mundial no comércio exterior desponta como uma das lideranças em exportação de produtos como a carne bovina e suína, grãos dos mais diversos e o minério de ferro, dentre tantos outros. Segundo fontes do governo federal, de janeiro a agosto de 2022, o comércio exterior obteve um crescimento total de 18,4%, o que atingiu cerca de R\$225 bilhões. No ramo da agropecuária, sua cifra atingiu em torno de R\$54 bilhões. Em relação ao comércio entre blocos econômicos e países, destacam-se as transações comerciais com a União Europeia (perto de R\$35 bilhões), com os Estados Unidos (R\$24,5 bilhões) e com a Argentina (R\$10,46 bilhões). Esses dados demonstram uma parcela do quanto o Brasil é relevante para o concerto internacional.

Mas o que era o Brasil e como se tornou tão grandioso? Como a história recente do país tratou de man-

* TC Cav (AMAN/2002, EsAO/2011, ECEME/2018). Atualmente, é instrutor na ECEME.

ter essa grandiosidade? Revisando aspectos da história e da geopolítica, verifica-se, invariavelmente, que o Brasil herdou um legado de imensa potencialidade, o qual gera desafios. Essa herança foi alicerçada, também, por uma visão geopolítica portuguesa, que, sabiamente, verificou oportunidades de ampliar o território inicialmente delimitado pelo Tratado de Tordesilhas.

Liberta da metrópole em 1822, após um processo de independência *sui generis*, em que o filho passa a governar a nação independente em substituição ao pai, mantendo-se ligações familiares e a forma de governo monárquico como dantes, coube ao Brasil Império e, 67 anos depois, ao Republicano, a afirmação de importante legado territorial deixado pelos portugueses, em especial, a região do *heartland* ecológico.

Nos mais de 300 anos de colônia de Portugal, o Brasil ganhou forma e, sobretudo, grandiosidade territorial para seu subcontinente e para o mundo. Como aborda Therezinha de Castro, o Tratado de Tordesilhas (1494) seccionou a região da América do Sul e concedeu a embocadura do Amazonas aos portugueses, bem como as entradas da bacia do Prata aos espanhóis. Ficou, portanto, para Portugal o melhor braço para a navegação, o que permitiu aos lusos se apossarem daquela planície setentrional.

Therezinha de Castro verifica, em seus estudos geopolíticos, que o relevo mais baixo e a centralização do Reino Português confirmariam o unilateralismo do Brasil como um único núcleo geo-histórico. Por fim, ela credita à fisiopolítica a vantagem da superioridade territorial brasileira no conjunto sul-americano.

Pode-se inferir, por meio das análises de Therezinha de Castro, que a região amazônica condicionou ao país o legado territorial grandioso, como se verifica na atualidade. E é nesse viés que este artigo se debruça: como foi a evolução histórica territorial da Amazônia, desde o período pré-colonial ao período republicano e como os governos, com participação destacada das Forças Armadas, deram continuidade a esse legado, com proteção e integração ao restante do país, que, por razões geográficas, distanciava-se do centro de poder político do Brasil, mas que, por meio de programas e estratégias, tratou de aproximá-la do centro decisor nacional.

Segundo o general Meira Mattos, a geopolítica é a arte de aplicar o poder aos espaços geográficos, sob a inspiração da história. Seguindo o preceito de Meira Mattos, este artigo busca evidenciar como foi a evolução histórica do espaço geográfico brasileiro chamado de região amazônica. Ainda intenta demonstrar como os governos brasileiros, imperial e republicano, aplicaram seus Poderes Nacionais na região com o fulcro de integração e desenvolvimento.

Por fim, busca-se responder: o Brasil da atualidade aplica a geopolítica na Amazônia Legal?

Em seu artigo intitulado “Limites da Soberania Nacional no cenário internacional”, Reis Friede aborda a soberania, dentre outras ideias, como externa e interna. As duas soberanias decorrem de uma soberania territorial e extraterritorial. Na interna, impera o poder supremo de uma nação sobre sua área territorial. Na soberania externa, prolonga-se esse poder para além do territorial que lhe pertence, no interesse da sua própria personalidade e de seu povo.

Para Haddad e Dias (2018), o aspecto territorial significa a plenitude da autoridade de um Estado sobre tudo o que estiver em seu território. Essa soberania territorial é um dos mais importantes princípios do Direito Internacional, disposto na Carta da ONU em seu art. 2º. Dentro de seu território, portanto, o Estado é absolutamente soberano.

Este artigo, busca repassar, ainda que de maneira concisa, a evolução territorial e da soberania brasileira da Amazônia, tendo a Amazônia Legal como delimitação desse espaço, desde os primórdios de sua colonização às suas estratégias de manutenção dessa imensidão territorial deixada pelos portugueses. Além disso, busca evidenciar a eloquente participação das Forças Armadas na função estatal de manter a soberania brasileira perante a Amazônia.

Geograficamente, a Amazônia brasileira foi desbravada a partir da foz do rio Amazonas junto ao oceano Atlântico. Dessa região, os portugueses trataram de colonizar um território que hoje corresponde a mais de 50% da extensão territorial do país, que faz fronteira com sete países da América do Sul, sendo eles: Guiana Francesa, Suriname, Guiana, Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia.

A conquista real da região pelos portugueses passou a se tornar um projeto geopolítico audacioso somente a partir do momento em que perceberam que as invasões estrangeiras poderiam efetivamente comprometer suas possessões no além-mar. Nesse aspecto, podem ser ressaltados os desdobramentos portugueses com fins à expulsão dos franceses de São Luís, atual Estado do Maranhão, em 1615, onde se baseava a França Equinocial.

Expedições organizadas pelo governador-geral Gaspar de Souza, tanto por terra quanto por mar, tinham a missão de conquistar o Maranhão e expulsar os franceses. Após embates entre franceses e luso-brasileiros, houve um impasse sem vitoriosos na região. Uma trégua entre La Ravardière e Diogo Campos foi definida até uma decisão das Cortes envolvidas. O rei Felipe II entendeu como direito o espaço para os portugueses e enviou nova expedição militar para reforçar as forças já aquarteladas no Maranhão.

Os franceses renderam-se por conta da inferioridade numérica e, por fim, em 3 de novembro de 1615, Jerônimo de Albuquerque passou a governar o Maranhão. No ano de 1621, foi criado o Estado do Maranhão, separando-o do resto da colônia, dada a importância dessa região para a Coroa (GADELHA, 2002).

Outro fato histórico que norteia o processo de evolução da soberania brasileira perante a Amazônia é a fundação do Forte do Presépio, em 1616. As Cortes da União Ibérica tinham interesse em ocupar o vasto estuário amazônico ante a ameaça estrangeira nas minas de prata do Peru. Coube, portanto, aos portugueses a incumbência de combater os “hereges”. Daí as ordens a Francisco Caldeira de Castelo Branco, capitão-mor do Grão-Pará, de conquistar e colonizar do Amazonas até o Cabo Norte.

Em 12 de janeiro de 1616, foi erguida uma paliçada da Casa Forte de Santa Maria de Belém, futura cidade de Belém. Dentre os sertanistas que atuaram nessa missão, destacou-se o jovem alferes Pedro Teixeira. Mais tarde, foi fundado o Forte de Gurupá, região ao norte da foz do rio Amazonas, sobre as ruínas de um estabelecimento holandês (GADELHA, 2002).

A história de sucessão do trono entre Portugal e Espanha, porém, traçou positivamente o destino do

Brasil ainda nas mãos da metrópole portuguesa, após a vacância do trono português e o único parentesco próximo pertencendo ao rei Felipe II, espanhol. De 1580 a 1640, a União Ibérica foi o período no qual as Coroas de Portugal e Espanha estiveram lideradas pelo mesmo rei, com reflexos diretos para as colônias portuguesas e espanhóis. Com essa união, o efetivo propósito do Tratado de 1494 deu lugar às investidas portuguesas para o interior além do Tratado de Tordesilhas. Desbravaram, assim, o interior do país, a Amazônia, regiões central e oeste e até o rio da Prata, ao sul.

Ademais, a expulsão dos ingleses e holandeses – que exploravam a região da foz do rio Amazonas – pelos luso-brasileiros, até 1648, também norteou a construção da soberania brasileira na Amazônia. Esses estrangeiros tinham consideráveis atrativos comerciais na região, como a pesca e salga do peixe-boi, cardumes de peixes, e acabaram por estabelecer feitorias, portos e até pequenos estabelecimentos militares. Ciente da situação e decidida a não permitir tal ação, a Coroa Ibérica iniciou ações contra a presença de batavos e ingleses. Castelo Branco, capitão-mor do Grão-Pará, dotado de adequado aparato militar, recebeu ordens de expulsar os holandeses e ingleses instalados na região.

De maneira destacada, luso-brasileiros atacaram, destruíram, aprisionaram e tomaram materiais de emprego militar de redutos holandeses e ingleses no rio Xingu, no rio Paru e no rio Tapajós, dentre outros locais. Essas ações repeliram a presença estrangeira na região, ficando, assim, consolidada a presença portuguesa integral da foz do rio Amazonas, desde o Cabo Norte até a cidade de Belém, de norte a sul desse estuário. Essas ações militares foram decisivas para o domínio português, liberdade de ação para o desbravamento e colonização do interior amazônico (HOLANDA, 2003).

Outro importante marco na evolução do domínio do Brasil na região amazônica, ainda no período colonial, foi a construção de diversos fortes na região pelos desbravadores, muitos deles com o propósito maior de marcar a presença portuguesa. Esses desbravadores, ao longo das incursões pelos rios Amazonas, Negro, Juruá, Tapajós, dentre outros, construíram e fundaram diversos povoados e estabelecimentos militares, que,

posteriormente, formaram localidades e concederam o direito de posse aos portugueses.

Tais construções militares, os fortes, tornaram-se verdadeiros pontos de referência e, posteriormente, alcançaram o patamar de localidade, como as cidades de Manaus, São Gabriel da Cachoeira, Tabatinga, dentre outras. Verifica-se, portanto, que essas ações contribuíram com o objetivo de estabelecer e manter a ocupação portuguesa empreendida à época e criaram as condições para a expansão portuguesa (ARRUDA, 1996).

Uma das ações mais relevantes no processo de evolução da soberania brasileira na região amazônica foram as expedições empreendidas pelas Entradas e Bandeiras rumo ao interior do país. No início da colonização, os portugueses se limitaram a ocupar apenas o espaço litorâneo. No intuito de buscar metais preciosos e aprisionar índios para o trabalho escravo, os colonizadores, facilitados pela União Ibérica, passaram a organizar expedições que exploraram o interior da colônia, atuando também além dos marcos ditados pelo Tratado de 1494.

Na região amazônica, dois grandes personagens se destacaram nessas investidas: Pedro Teixeira e Raposo Tavares. O primeiro saiu de Belém, e o outro partiu de São Paulo. Tais ações trataram de criar as condições necessárias para o processo de consolidação da soberania brasileira na região (SOARES, 2022).

A expedição do capitão-mor Pedro Teixeira é considerada uma das maiores façanhas sertanistas. Em outubro de 1637, foi ordenado a ele: reconhecer minuciosamente o rio Amazonas até Quito, verificar os melhores lugares em que o rio pudesse ser fortificado e, finalmente, fundar uma povoação que marcasse os limites da soberania portuguesa. A expedição partiu de Gurupá com cerca de 70 soldados e 1.200 índios flecheiros, embarcados em 47 canoas de grande porte. Pedro Teixeira alcançou o rio Tapajós, descobriu e batizou o rio Madeira, percorreu o rio Negro, o Solimões, subiu o rio Napo e, oito meses depois, chegou a Quito.

No retorno a Belém, fundou o povoado de Franciscana, que balizava os domínios das duas Coroa. Dessa forma, a expedição de Pedro Teixeira garantiu a reivindicação de posse de grande parte da região amazô-

nica aos portugueses e, por consequência, aos brasileiros (GADELHA, 2002).



Figura 4 – Recorrido de Pedro Teixeira de Belém a Quito (1637)
Fonte: educacao.br

Importante marco nesse processo foi a expedição do bandeirante português Raposo Tavares, a chamada *Bandeira de Limites*. A expedição partiu da região de São Paulo em duas grandes colunas de marcha, em um total de cerca de 1.500 integrantes entre paulistas e índios tupis, uma verdadeira estrutura militar com estado-maior, vanguardas e flanqueadores. A campanha percorreu o interior do Brasil em busca de metais preciosos e o que fosse de mais valioso à Coroa Portuguesa, perfazendo regiões marcadas pelos rios Tietê, Paraná, Aquidauana, Paraguai e Guapaí.

Em finais de 1650, seguiu pelo rio Guapaí até os rios Mamoré, Madeira e Amazonas, por onde chegou ao Forte Gurupá, nas proximidades de Belém. Essa expedição, orientada pela Coroa Portuguesa, percorreu mais de 10.000km por via terrestre e fluvial, interligando assim a bacia do rio Tietê à Amazônica (CORTESÃO, 1958).

Outro aspecto, as missões religiosas de jesuítas, carmelitas e franciscanos de catequese indígena contribuíram para a construção da soberania do Brasil no vale amazônico. As ordens religiosas tinham organização territorial e um regulamento de missões. Instalaram-se nas regiões de Marajó, no Baixo Amazonas, nos rios

Xingu, Tapajós e Madeira com a missão de conversão do gentio, assistência aos moradores, ensino da língua portuguesa, aptidão a ofícios, agrupamento de índios das tribos em núcleos urbanos, abandonando o hábito nômade. Essas missões religiosas facilitaram a obra da expansão e do domínio português, congregando grupos silvícolas e criando condições favoráveis à formação das fronteiras.

Um dos eventos que demarcou os domínios portugueses no vale amazônico foi o Tratado de Utrecht (1713). Nesse tratado, Portugal e França definiram os limites com a Guiana Francesa, que seria a linha do rio Oiapoque. A França renunciou ao acesso ao rio Amazonas, cedendo o território do Cabo Norte em troca de territórios europeus. Com isso, a metrópole portuguesa assegurou, formalmente, a posse da região e cunhou boa parte do traçado das fronteiras amazônicas no atual Estado do Amapá (ARRUDA e PILETTI, 2012).

Em 1750, o Tratado de Madri foi um fator político relevante no processo de construção da soberania na Amazônia. O tratado confirmou os desbravamentos portugueses além do Tratado de Tordesilhas e concedeu ao país um contorno territorial muito próximo ao atual, invocando o direito do “*uti possidetis, ita possideatis*”. Nessas negociações, o representante brasileiro foi o diplomata Alexandre de Gusmão. O acordo estabeleceu as fronteiras entre terras espanholas e portuguesas na Amazônia e Mato Grosso. Em 1761, ocorreu o distrato do referido tratado por meio do Tratado de El Pardo. Em 1777, o Tratado de Santo Ildefonso reconstituiu o traçado do tratado firmado em 1750. A paz de Badajós, concluída em 6 de junho de 1801, encerrou os antagonismos e restabeleceu as relações entre Portugal e Espanha (ARRUDA e PILETTI, 2012).

Após a assinatura do Tratado de Madri, criou-se nova ordem, causando reformas estruturais e novo contorno nas fronteiras, o que colocou a questão da Amazônia no centro das preocupações pombalinas, tendo como objetivo povoar todas as terras possíveis. Nesse ínterim, o governador do Grão-Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1751-1759), tinha como plano a abolição da escravidão indígena e consequente substituição dessa mão de obra por escravos negros, ao retirar o poder dos missionários sobre os índios e

fortalecer suas ações contra o monopólio das ordens religiosas perante os índios, especialmente em relação aos jesuítas (GUERREIRO, 2008).

Ademais, as ações de portugueses como Ricardo Franco e Manuel Lôbo d’Almada também contribuíram para que o Brasil, hoje, dominasse grande parte do vale amazônico. Ricardo Franco, engenheiro e militar, foi um dos desbravadores e defensor de territórios amazônicos no Mato Grosso e em Rondônia e incluiu trabalhos de levantamento cartográfico e construção de fortes, como o quartel dos Dragões de Vila Bela e Forte Príncipe da Beira.

Já Manuel Lôbo d’Almada governou a capitania de São José do Rio Negro e comandou a fortaleza de Macapá. Destacou-se na participação das demarcações fronteiriças do tratado de Santo Ildefonso e tinha como incumbência militar realizar explorações geográficas, estabelecer contato com os nativos, organizar povoados, promover a defesa e desenvolver a cultura do anil. Teve acentuada atuação nos reconhecimentos e levantamento cartográfico no vale do rio Branco. Quando de sua atuação no governo da capitania, reforçou os postos militares de Tabatinga e Tefé, sob ameaças e infiltrações espanholas no local (SOARES, 2022).

Ademais, um fator que contribuiu para a penetração e colonização portuguesa no vale amazônico foi a exploração das especiarias do sertão, da agricultura e da infraestrutura advinda dessas atividades. Produtos como o cravo, a canela, a castanha, o cacau e o peixe foram extraídos por meio da mão de obra indígena, escrava ou não. Outro aspecto, a economia amazônica passou a contar com algodão, café, tabaco, arroz, cana-de-açúcar – produtos empregados para subsistência.

As atividades e seu excedente conduziram a construções de estaleiros na região, utilizados para a navegação regional e europeia, como em Belém na segunda metade do século XVIII. Verifica-se, portanto, que a presença portuguesa na região já estava marcada por certo desenvolvimento desses redutos em verdadeiros núcleos de povoamento, que, posteriormente, deram origem a várias das atuais cidades da Amazônia de posse brasileira, assegurando assim a soberania externa dessas regiões (HOLANDA, 2011).

O sistema implementado pelo Marquês de Pombal na Amazônia contribuiu para a afirmação de uma estrutura administrativa voltada para o controle cerrado e a manutenção das possessões portuguesas no vale amazônico. Em 1751, foi criado o Estado do Maranhão e Grão-Pará, tendo como primeiro governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado, irmão de Pombal. Seu principal propósito foi pôr fim à interferência das ordens religiosas na vida dos silvícolas.

O novo governador passou as aldeias missionárias a vilas e povoados, batizando-as com nomes portugueses. Criou, portanto, um regime municipal na Amazônia. Como avanço administrativo pombalino no Amazonas, foi criada, em 3 de março de 1755, a capitania de São José do Rio Negro, origem do Estado do Amazonas. Percebe-se que a metrópole portuguesa proporcionou maior controle da região amazônica por meio de uma administração mais centralizada, o que sedimentou a extensão do território português no Arco Amazônico (GADELHA, 2002).

No Período Joanino, o Brasil confirmou o domínio da bacia amazônica pela reanexação das províncias nortenhas do Maranhão, Pará e Amazonas. Entrementes, D. João VI ordenou a invasão e a ocupação da Guiana Francesa (1808 a 1817). A invasão a Caiena representou uma retaliação a Napoleão pelos acontecimentos na porção europeia do império português (PEREIRA, 2017).

Verifica-se, portanto, que, no período colonial, o Brasil teve sua forma territorial muito similar ao que foi consolidado como território brasileiro. As ações da Coroa Portuguesa junto a sua possessão colonial na América trataram de expandir para o oeste seus limites. Nesse aspecto, sobressaíram-se figuras históricas, determinantes para a grandiosidade do Brasil. Pedro Teixeira, Raposo Tavares, Alexandre de Gusmão, Marquês do Pombal, Ricardo Franco e Dom João VI são alguns dos destacados personagens que atuaram em favor do que hoje se pode chamar de Amazônia Legal, concorrendo para ações governamentais atuais que evidenciam a aplicação dos poderes nacionais a esse espaço geográfico com o principal objetivo de manter a soberania brasileira sobre a Amazônia.

A evolução histórica da soberania brasileira sobre a Amazônia no período imperial brasileiro

As guerras contra a independência do Brasil e em favor de Portugal não se constituíram fator de risco à soberania do Brasil independente. Essas revoltas em favor da manutenção do sistema colonial ocorreram na região norte do Brasil, nas regiões do Pará e do Maranhão.

Suplantadas as revoltas, durante o período do Brasil Império (1822-1889), as atenções estavam voltadas para a porção sul do país – região do Prata, bem como para a preservação do território nacional por conta de interesses estrangeiros, como os ímpetos de Solano López, ou, ainda, contra as diversas revoltas em favor da separação com a Coroa Brasileira, como a Guerra dos Farrapos, Balaiada, Sabinada, dentre outras.

Nesse ínterim, durante a chamada fase regencial e nos primeiros anos de reinado do jovem imperador D. Pedro II, a nação brasileira exigiu o braço forte e a liderança do general Luiz Alves de Lima e Silva, o “Pacificador”, futuro Duque de Caxias, que reintegrou diversas províncias rebeladas, convencidas pela moderada imposição das armas e hábil política que maximizava a unidade nacional sob o regime monárquico (PEREIRA, 2027).

Com relação às definições finais entre fronteiras e consolidação da soberania territorial na região amazônica, a partir desse período histórico brasileiro, a negociação e a diplomacia sobrepujaram-se às escaramuças armadas entre interessados. Por um lado, essa situação evidenciou a maturidade diplomática dos países limítrofes ao Arco Amazônico, mesmo sendo conduzidos por formas de governo diferenciados (monarquia e república). Por outra ótica, representou o quanto de definições fronteiriças ainda estavam por ser estabelecidas e acordadas.

Naquele período, as ações deram maior prioridade às regiões mencionadas, o que não desconsiderou as fronteiras da região amazônica, como os tratados com o Peru em 1851, com a Venezuela em 1859 e com a Bolívia em 1867.

Após a Proclamação da República, em 1889, esta herdou, contudo, algumas pendências de fronteira, que deram continuidade às diversas negociações diplomáticas acerca da questão.

Com relação às definições de fronteira entre o Brasil e a França, ainda nesse período histórico, 1835, os governos dos dois países se dedicaram a exigir o direito à posse da região do rio Oiapoque. A questão somente foi solucionada após o fim do período imperial, sob os auspícios do Barão do Rio Branco (FROTA, 2007).

A excessiva centralização administrativa e política dessa época levou à incorporação como províncias do Império apenas as capitânicas do Pará, Maranhão, Goiás e Mato Grosso. A autonomia da Amazônia deu-se somente em 1850, quando foi criada a Província do Amazonas, com sede na cidade da Barra, que adotou o nome de Manaus em 1856.

Por essa época, começou nos Estados Unidos uma forte campanha para a colonização da Amazônia e o aproveitamento de seus recursos naturais em benefício do progresso da humanidade. Inglaterra e França tinham claras intenções de expandir seus territórios nas Guianas, fazendo-os chegar até o rio Amazonas. Desde o início da colonização portuguesa, o governo imperial havia mantido a política de fechamento, evitando possíveis ameaças à soberania do Brasil na área. Como as pressões foram grandes, o governo brasileiro acabou por abrir o Amazonas à navegação estrangeira em 1866. Isso facilitou o acesso à borracha.

O látex foi elevado à categoria de matéria-prima industrial a partir de 1823, com a descoberta da impermeabilização por Mackintosh, nesse mesmo ano, e da vulcanização, por Goodyear, em 1839. Com a expansão do comércio da borracha, iniciava-se nova fase de ocupação da Amazônia.

Até 1850, a exploração da borracha estava restrita à região de Belém e às ilhas. Entre 1900 e 1910, a borracha foi o produto mais exportado, ao lado do café. Os primeiros rios a serem utilizados para o transporte comercial foram o Xingu e o Tapajós, depois o Amazonas até atingir o Solimões, o Purus, o Alto Madeira e o Juruá.

A evolução histórica da soberania brasileira sobre a Amazônia nos primeiros anos do período republicano

Já no período republicano, o Barão do Rio Branco foi primordial para a consolidação da soberania brasileira sobre a região amazônica. José Maria Paranhos Júnior foi um diplomata, geógrafo, professor, jornalista e historiador brasileiro, monarquista declarado, exerceu importantes funções, tanto durante o período imperial quanto durante a Primeira República, quando atuou em diversas contendas territoriais relacionadas às fronteiras do país, destacando-se as questões do Amapá (1900), do Acre e durante o Tratado de Petrópolis em 1903. Atuou sempre de forma diplomática e em favor dos interesses nacionais. Seu legado foi de diplomacia, defesa dos interesses brasileiros e entendimento entre partes (PEREIRA, 2019).

Outro personagem destacado na história da consolidação e demarcação das fronteiras na Amazônia brasileira foi o militar Euclides da Cunha, que chefiou a equipe brasileira da Comissão Mista Brasileiro-Peruana de Reconhecimento do Alto Purus, em 1904, quando Brasil e Peru buscaram demarcar as fronteiras de ambos os países nessa região. O Alto Purus era uma região litigiosa ocupada por seringueiros e cacauzeiros peruanos em busca da riqueza da borracha e do cacau, e apresentava instabilidade, homicídios e atrocidades de ambos os lados, insuflados pela indefinição das fronteiras. Após ameaça de intervenção militar, os dois países estabeleceram uma expedição que deveria reconhecer e, por fim, dar solução à questão (FAUSTO, 1984).

Essas ações demonstram uma característica eloquente das Forças Armadas e do Brasil no sentido da diplomacia e da cooperação quanto às questões de traçado de fronteira, soberania, liderança regional e promoção de desenvolvimento ordenado e sustentável nas fronteiras da Amazônia.

Seguindo, outro aspecto que fez parte da consolidação da soberania brasileira da Amazônia foi a disputa territorial entre Brasil e França, chamada de *Questão do Amapá*. Essa contenda foi um litígio caracterizado pelas terras que eram circundadas pelo curso do rio

Oiapoque. Tal local atraiu a atenção de inúmeros aventureiros, tanto brasileiros quanto franceses, por conta da descoberta de ouro na região do rio Calçone. Incidentes militares ocorreram entre brasileiros e franceses pela disputa na região (PEREIRA, 2018).

Por conta disso, as duas nações entregaram a questão à arbitragem internacional sob os auspícios do presidente suíço. Nessa ocasião, o Barão do Rio Branco defendeu o interesse brasileiro na questão, entregando um memorável trabalho de 4 volumes acerca do direito de posse brasileiro na região. Por fim, o governo suíço deu ganho de causa à tese brasileira, inclinando voto favorável ao Brasil pelo direito de posse em virtude do Tratado de Utrech, ainda de 1713. As ações do Barão do Rio Branco, calcadas em diplomacia e direito de posse de terras reivindicadas, contribuíram para a consolidação das fronteiras na Amazônia.

Ademais, outro fator que integrou esse processo foi a aquisição do Acre, em 1903. Citando-se Fausto (1984), a região do Acre foi demarcada e confirmada posteriormente por uma junta constituída entre Brasil e Bolívia como uma região de pertencimento boliviano. Essa região, contudo, atraiu inúmeros brasileiros nordestinos em busca de riqueza e prosperidade por conta da exploração e extração da borracha a partir da seringueira. Esse desentendimento da ordem de posse boliviana e ocupação brasileira veio a culminar em rebeliões, combates, mortes e saques entre os revoltosos brasileiros e as forças bolivianas.

Para dar fim à contenda, o presidente Rodrigues Alves acionou o Barão do Rio Branco, que prontamente solicitou a presença do Exército Brasileiro para pacificar a região, sob o comando do general Olímpio da Silveira, indenizou companhias estrangeiras (Bolivian Syndicate) e encaminhou a solução à luz das negociações diplomáticas, chegando-se à assinatura do Tratado de Petrópolis. Pelo tratado, a Bolívia dava o Acre ao Brasil e recebia a quantia de 2 milhões de esterlinos, além de ganhar a construção da estrada de ferro Madeira-Mamoré. Esse entendimento baseado em finanças não foi complexo para o Brasil. Durante a presidência de Rodrigues Alves, o país detinha o percentual de 97% da produção mundial de borracha, o que conferiu ao país uma época de grandes cifras de

recursos disponíveis. Com isso, o Brasil comprou da Bolívia a região do Acre, pelo Tratado de Petrópolis, conduzindo de maneira exemplar a questão o Barão do Rio Branco, bem como demonstrando habilidade do Exército Brasileiro na condução das questões de interesse político/diplomático (FAUSTO, 1984).

Outra questão que permeou a consolidação das fronteiras na região amazônica foi a definição de fronteiras com o Peru. Esse país não fez parte do Tratado de Petrópolis, em 1903, o que gerou protestos pelas áreas contestadas de sua posse no Acre. O Barão do Rio Branco passou a negociar diretamente com o ministro peruano, em vez de recorrer à arbitragem. Em 1904, as partes assinaram um *modus vivendi*, não respeitado pelo Peru. Finalmente, em 1900, Brasil e Peru assinaram um tratado que definia as fronteiras da extrema divisa ocidental do Brasil, fato que contribuiu para o atual delineamento das fronteiras da região amazônica (BURNS, 1977).

Além disso, um militar que teve atuação destacada na consolidação das fronteiras na região norte do país foi o marechal Cândido Mariano da Silva Rondon. O marechal Rondon esteve à frente do serviço de instalações telegráficas do Mato Grosso para a Amazônia. Foi chefe da comissão de linhas telegráficas que percorreu mais de 10 mil km do Mato Grosso ao Amazonas. Foi o primeiro diretor do Serviço de Proteção ao Índio. Durante essa expedição, percorreu extensões territoriais, batizando mais de 15 rios do território brasileiro, além de ter realizado o levantamento de uma série de novas espécies da fauna e da flora brasileira.

Em 1914, Rondon trabalhou no mapeamento do Estado do Mato Grosso. Por sua destacada dedicação à causa dos índios e ações em favor do reconhecimento e domínio sobre as regiões de fronteira, foi homenageado em vida com a criação do Estado de Rondônia, em 1956. Atuações de militares como o Mal Rondon contribuíram para o atual traçado das fronteiras, bem como repercutem em ações e iniciativas de cunho militar que evidenciam a perenidade do arco fronteiriço na Amazônia.

Além da obra do Mal Rondon, em 1904, outra situação que envolveu a consolidação dos limites na região amazônica foi a questão entre Brasil e Grã-Bretanha. As

divergências se concentravam na intenção de o Brasil possuir as terras de acordo com os divisores de águas, na bacia do Rio Branco, o que não era de interesse dos ingleses, que intencionavam penetrar na bacia amazônica. O Barão do Rio Branco teve participação nesse episódio com a publicação de uma memória sobre a questão entre Brasil e Guiana Britânica. Entre controvérsias e invocações de direito de posse, tal questão foi levada ao rei italiano Vitório Emanuel III, e teve como defensor brasileiro Joaquim Nabuco.

O resultado foi favorável à Guiana Inglesa e, por fim, foi concedida ao Brasil uma porção ainda menor de espaço territorial anteriormente contestado pelas partes. Mesmo com interesses não atendidos nessa questão, o Brasil acatou a decisão internacional, o que corroborou na estabilidade das questões fronteiriças na região amazônica.

Os últimos acordos de limites da região amazônica ocorreram ao final da primeira década dos anos 1900, sem muitos desdobramentos diplomáticos. Em 1904, Brasil e Equador assinaram um tratado que resolveu os problemas de divisa. Em 1905, Brasil e Venezuela também estabeleceram a formalização dos limites. O Brasil e os Países Baixos negociaram um acordo em 1906, que determinou os limites do Suriname. Com esses acordos, o Barão do Rio Branco rematava a demarcação de fronteiras na região da Amazônia brasileira, que, por quatro séculos, foram formadas e consolidadas tal como delineadas na atualidade (FROTA, 2000).

Um aspecto externo à consolidação das fronteiras amazônicas, mas que teve íntima participação brasileira pela proximidade geográfica, foi a questão do conflito de Letícia. A região de Letícia, na Colômbia, vinha sendo reivindicada tanto por esse país quanto pelo Peru. O conflito foi dirimido por conta da atuação diplomática do Brasil na região em 1920, aproximadamente. O auge da crise na região se deu quando tropas peruanas atacaram a localidade de Letícia e, com isso, desencadearam-se ações de guerra na região pela contestação local.

A região litigiosa fazia fronteira com o Brasil e couberam a ele as ações diplomáticas no sentido de dar cabo à crise. Assim, foi assinado o Tratado de Salomón-Lozano, dando ganho de posse ao país colombiano.

Essas ações de cunho diplomático contribuíram para o atual traçado das fronteiras brasileiras na região amazônica.

Um importante fator que consolidou as fronteiras da região amazônica foi a Comissão de Inspeção de Fronteiras (1927-1930), chefiada por Rondon. Ordenada pelo ministro da Guerra, a comissão deveria inspecionar minuciosamente as fronteiras do país até o final do governo Washington Luiz. A inspeção no Norte e Centro-Oeste tinha por objetivo atingir a linha de fronteiras do Brasil com a Guiana Francesa, Suriname, Guiana Inglesa, Venezuela, Colômbia, Peru e Bolívia, dividida em campanhas pelos Estados do Pará e do Amazonas. Todas as cinco turmas formadas foram chefiadas por militares.

Os governos subsequentes trataram de implementar políticas públicas que integrassem e desenvolvessem a região.

Verifica-se, portanto, que, no período republicano, o país pôde consolidar o traçado do seu território nos confins amazônicos. Nos anos subsequentes, couberam aos governos federais que se sucederam as políticas de integração desse vasto território ao país. Diversas ações governamentais foram implementadas no sentido de operacionalizar esses objetivos nacionais.

A evolução histórica da soberania na Amazônia ao longo dos últimos 60 anos de história do Brasil

Nos últimos anos do século XX e já vivenciadas as primeiras décadas do século XXI, observam-se mobilizações mais contundentes em razão de maior presença estatal na região amazônica, em especial no tocante à expressão militar do Poder Nacional como principal fomento a essas ações.

No contexto da transferência da capital para Brasília, ocorreu a abertura da rodovia Belém-Brasília, que precariamente iniciou a integração da Amazônia.

Uma das primeiras estratégias foi a criação do Plano de Valorização da Amazônia, em 1953. A SUDAM substituiu o referido plano, contemplando metas bem

mais arrojadas. Em 1967, criou-se a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), com franquias especiais para a importação de mercadorias e desenvolvimento regional (FREGAPANI, 2011).

Ainda segundo Fregapani (2011), as obras da Transamazônica iniciaram-se no ano de 1970 com clara conotação geopolítica, ligando o Estado da Paraíba ao Acre, por meio do Programa de Integração Nacional. Dentre outras questões, o programa abordava a criação de agrovilas e os chamados rurópolis, centros de integração regional para comandar o desenvolvimento das atividades industriais.

A abertura da rodovia 364 (Cuiabá-Porto Velho) possibilitou a comunicação via terrestre entre esses dois centros de peso e a cidade de São Paulo, além de abrir caminho para o povoamento e o progresso.

Uma grande ação governamental com vistas à integração da região amazônica foi a criação da Zona Franca de Manaus (ZFM) com a Lei nº 3.173, sancionada pelo presidente Juscelino Kubitschek em 1957.

Segundo dados do governo federal, a ZFM surgiu com objetivo de ser um porto livre destinado ao armazenamento, beneficiamento e retirada de produtos do exterior. Foi em 28 de fevereiro de 1967 que o presidente Castello Branco assinou o Decreto-Lei nº 288, alterando as disposições da legislação de 1957 e reformulando a ZFM, que passou a contar com uma área de 10 mil quilômetros quadrados, centralizada em Manaus. Essa data ficou marcada como o aniversário da Zona Franca de Manaus.

Castello Branco definiu a ZFM como um centro industrial, comercial e agropecuário dotado de condições econômicas que permitissem seu desenvolvimento, em face dos fatores locais e da grande distância a que se encontravam dos centros consumidores de seus produtos. Ainda que antes já existisse um órgão para cuidar da Zona Franca, foi com o decreto que surgiu oficialmente a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), para a administração da área de atuação e prestação dos serviços referentes à ZFM.

Somente em 1967, o governo brasileiro estabeleceu uma política de desenvolvimento socioeconômico regional para a Amazônia, denominada Zona Franca de Manaus, cujo objetivo foi a construção do processo de

desenvolvimento da Amazônia Ocidental (os Estados do Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima). Foi dessa forma que a geração de empregos e renda na cidade de Manaus tornou-se uma realidade durante as últimas décadas, período iniciado em 1967 com a criação da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, autarquia federal incumbida de administrar os incentivos fiscais federais instituídos no interior da política Zona Franca de Manaus (BARBOSA, 2013).

Estruturas e organizações militares criadas ou transferidas para a fronteira amazônica, como comandos militares e grandes unidades (GU) do Exército Brasileiro, distritos da Marinha do Brasil e organizações da Força Aérea Brasileira (FAB), atuam e dedicam-se à perenidade e proteção da fronteira, com soberania e desenvolvimento.

No tocante à organização e articulação das Forças Armadas e, em particular, do Exército Brasileiro, as ações implementadas no sentido de conceder proteção e soberania à região amazônica, pode-se citar a instalação e a construção de estruturas de transporte, como a rodovia Transamazônica e a BR-163.

A instalação (por transferência ou criação) de novas organizações militares (OM) foi uma realidade. Além de novos pelotões especiais de fronteira, companhias e batalhões, foram instaladas seis brigadas de infantaria: Marabá/PA (1976), Porto Velho/RO (1980), Boa Vista/RR (1991), Tefé/AM (1993), São Gabriel da Cachoeira/AM (2004) e Macapá/AP (2017). A presença dessas GU, algumas transferidas das regiões Sul e Sudeste, demonstram a importância dada à manutenção, perenidade e soberania nos desenhos dos dispositivos de defesa do país.

A criação do sistema SIVAM/SIPAM, atual CEN-SIPAM, inaugurado e posto em operação a partir de 2002, passou a possibilitar o monitoramento de toda a Amazônia brasileira, incluindo suas fronteiras. O Centro, antigo Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), é um órgão ligado ao Ministério da Defesa e tem a incumbência de levantar dados de controle e monitoramento em defesa da Amazônia Legal.

Essas ações visam a proporcionar proteção e presença à região e suas fronteiras, especialmente em contraponto às diversas manifestações de internacionali-

zação da Amazônia, o que proporciona continuidade e estabilidade das fronteiras brasileiras na Amazônia. Tais iniciativas governamentais, de expressão militar, são consequências das ações de desbravamento e diplomacia, como a expedição de Pedro Teixeira e os resultados favoráveis do Tratado de Petrópolis.

Quanto aos documentos de Defesa Nacional, a região amazônica tem se mostrado prioritária. Tal assertiva pode ser verificada na Política Nacional de Defesa (PND) e na Estratégia Nacional de Defesa (END). Esses documentos de mais alto nível do planejamento de defesa elencam a faixa de fronteira na Amazônia como uma das grandes prioridades. Isso se deve às grandes riquezas ali existentes e que demandam efetiva presença do Estado, com vistas à defesa e sua integração com as demais regiões do país. Além disso, aqueles documentos elencam a proteção da Amazônia brasileira como um dos pressupostos de sua Defesa Nacional. A PND e a END e suas prioridades para as fronteiras da região amazônica direcionam ações do Estado voltadas à perpetuidade das fronteiras amazônicas.

Com relação à manutenção da soberania brasileira na região, as operações desencadeadas pelas Forças Armadas visam à proteção, à soberania e à defesa da Amazônia contra ilícitos. Exercícios como a Operação Amazônia, a AMAZONLOG e a Verde Brasil I e II, além das diversas edições da Operação Ágata, são ações de repercussão das obras de colonização da bacia amazônica pelos portugueses e pelas ações diplomáticas do Barão do Rio Branco. Ao longo das edições anuais dessas operações, destacam-se apreensões de entorpecentes, diminuição do desmatamento, restrição ao garimpo ilegal, incremento entre as diversas agências de proteção da Amazônia.

Outro aspecto, a criação de estruturas de defesa, como o Correio Aéreo Nacional (CAN) em 1931, os Contingentes Especiais de Fronteira (1932), o 4º Distrito Naval (1933), o CMA (1956), a 12ª RM (1969), a ALA 8 em Manaus/AM (1970) e o CMN (2013), dentre tantas outras, contribuíram para uma ação soberana do país na Amazônia. Na atualidade, as Forças Armadas articulam um efetivo aproximado de 30 mil militares na Amazônia brasileira.

Militarmente, a instalação dos pelotões especiais de fronteira (PEF) tem grande valor como vigilância e marco da nacionalidade naqueles rincões. Foi da mesma forma que o país assegurou a posse, com os fortes portugueses e com as colônias militares instaladas por Caxias, durante o Império. Verifica-se que a criação dessas estruturas militares contribuiu para manutenção do domínio militar. Dessas estruturas de fronteira, destacam-se os contingentes especiais de fronteira, criados por Getúlio Vargas em 1932, que, posteriormente, passaram a ser designados PEF. Para assegurar o traçado dos limites físicos da soberania brasileira, o Exército Brasileiro passou a operar mais de 25 PEF a partir de 2017, com a missão de guarnecer a soberania brasileira nos cerca de 11 mil km de fronteira amazônica.

Na expressão militar, a construção dos fortes pelos portugueses, para defesa e fixação de sua presença na região amazônica, serviu como referência para ocupação de instalações e organizações militares brasileiras com o mesmo propósito. Como exemplo, o Forte Príncipe da Beira (1776) atualmente é guarnecido pelo 1º PEF do Comando de Fronteira Rondônia/6º Batalhão de Infantaria de Selva – “Sentinela do Guaporé”. Essas ações são apenas alguns exemplos de aplicação do Poder Militar da Expressão Nacional voltada à geopolítica de soberania perante a Amazônia Legal.

Sob o aspecto das relações entre nações, ainda na expressão militar, conclui-se que o Tratado de Cooperação Amazônica e o Projeto Calha Norte são exemplos de iniciativas que contribuíram com o traçado atual da fronteira da Amazônia brasileira. O Tratado de Cooperação Amazônica, de 1978, entre o Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela, visa a promoção do desenvolvimento harmonioso e integrado da bacia amazônica. Nesse sentido, o Projeto Calha Norte, de 1985, integrado ao Ministério da Defesa em 1999, contribui com a soberania nacional e integridade territorial. Essas iniciativas demonstram a estabilidade territorial da região, pois não há litígios fronteiriços graves. Isso é feito de portugueses e brasileiros que decidiram desbravar e atuar diplomaticamente pelo país.

Na atualidade, verifica-se que o Conselho Nacional da Amazônia Legal proporciona ação conjunta no âmbito político-estratégico nacional. A esse órgão colegiado compete coordenar e acompanhar a implementação das políticas públicas relacionadas à Amazônia Legal. Compete ao Conselho Nacional da Amazônia Legal coordenar e integrar as ações governamentais relacionadas à Amazônia Legal, propor políticas e iniciativas relacionadas à preservação, à proteção e ao desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal, de

forma a contribuir para o fortalecimento das políticas de Estado e assegurar a ação transversal e coordenada da União, dos estados, dos municípios, da sociedade civil e do setor privado, fortalecer a presença do Estado na região, acompanhar a implementação das políticas públicas com vistas à inclusão social e à cidadania, assegurar o aperfeiçoamento e a integração dos sistemas de proteção ambiental, apoiar a pesquisa científica, dentre outros objetivos estratégicos (BRASIL, 2020).

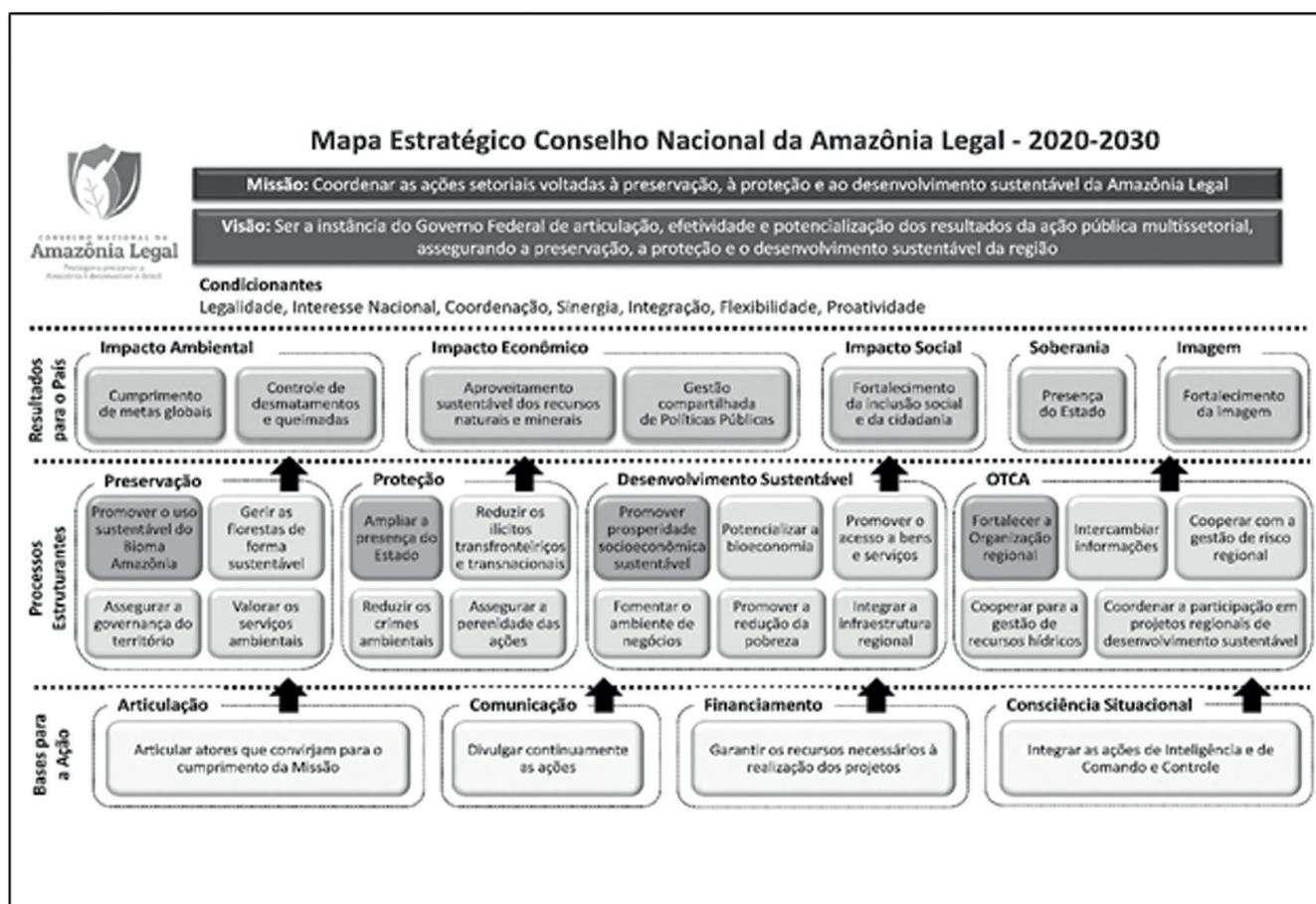


Figura 5 – Mapa estratégico do Conselho Nacional da Amazônia Legal

Fonte: https://www.gov.br/planalto/pt-br/conheca-a-vice-presidencia/conselho-da-amazonia/mapa_estrategico.jpg/view

Outra iniciativa estatal que vai ao encontro dos ensinamentos geopolíticos de Meira Mattos é o Programa Floresta+. Esse programa é uma ação do Ministério

do Meio Ambiente para criar, fomentar e consolidar o mercado de serviços ambientais, reconhecendo e valorizando as atividades ambientais realizadas e incen-

ativando a sua retribuição monetária e não monetária em todos os biomas brasileiros: Amazônia, Cerrado, Caatinga, Mata Atlântica, Pantanal e Pampa (BRASIL, 2020).

O *Pagamento por Serviços Ambientais* consiste na remuneração realizada por indivíduos ou organizações, públicas ou privadas, de âmbito nacional ou internacional, aos prestadores de serviços ambientais, de forma direta ou indireta, monetária ou não monetária.

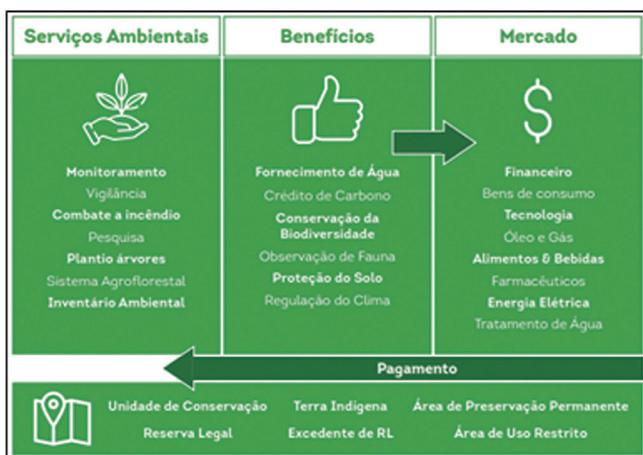


Figura 6 – Escopo do Programa Floresta+
Fonte: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/servicosambientais/florestamais/ProgramaFloresta.pdf>

No ano de 2014, um Memorando de Entendimento entre o Comando do Exército, a Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) e o governo do Estado do Amazonas marcou a formalização das primeiras ações. Em 2015, o governo federal criava o Projeto Amazônia Conectada, por meio de portaria interministerial envolvendo o Ministério da Defesa, o Ministério das Comunicações e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. O Programa Norte Conectado tem a finalidade de expandir a infraestrutura de comunicações na região amazônica, por meio da implantação de um *backbone* em fibra óptica lançado em ambiente subfluvial, visando a atender as políticas públicas de telecomunicações, educação, pesquisa, saúde, defesa e do judiciário, e ainda outras políticas públicas que venham a se integrar ao escopo do programa.



Figura 7 – Operacionalização do Programa Norte Conectado
Fonte: Sítio na internet do Programa Norte Conectado

O programa utiliza-se de 8 infovias na bacia amazônica, atende 58 municípios, já lançou mais de 12 mil km de cabos ópticos subfluviais e beneficia mais de 10 milhões de pessoas.

Verifica-se, portanto, que, no período abordado, o país pôde incrementar ações governamentais no sentido de aplicar a política ao espaço geográfico amazônico. Nos últimos anos, os governos federais implementaram políticas voltadas à integração desse vasto território ao país.

Conclusão

Como apresentado, o Brasil possui uma história de grandeza territorial creditada, e muito, à imensidão de sua floresta amazônica. As políticas e acordos entre as potências das Grandes Navegações conceberam um Brasil caracterizadamente litorâneo. Coube aos desbravadores e políticos ampliar suas fronteiras e legar às gerações futuras o desafio de defender, preservar, integrar e desenvolver a região de grande cobiça na atualidade.

No contexto geopolítico da Amazônia, por ser uma área de interesse geoestratégico para o Brasil, aos projetos que foram criados para manutenção da soberania nacional vêm sendo aplicadas diversas políticas públi-

cas com o objetivo de integrar, desenvolver, proteger e preservar o ambiente amazônico. Dessa forma, ações governamentais e, em especial, das Forças Armadas, buscam promover a proteção da região, além de maior integração com os demais países.

Por tudo o que foi explorado, retorna-se à indagação levantada na introdução: o Brasil da atualidade aplica a geopolítica à Amazônia Legal?

A resposta a esse questionamento suscita amplo debate. Por mais que se verifiquem os esforços governamentais em integrar e desenvolver a Amazônia Legal, há, por outro lado, elevada diferenciação social entre o Norte e as regiões mais desenvolvidas do país.

Mesmo o país desencadeando todas essas ações, pode-se ainda verificar uma miríade de óbices e desafios na manutenção da soberania brasileira na Amazônia. Diversos problemas – tais como seringueiros e extração de madeira ilegais, queimadas, tráfico de drogas, questões indígenas, interesses internacionais escusos, presença internacional adversa e questões ambientais ideológicas – intentam colocar a soberania brasileira sob risco.

A partir da marcação da presença da posse portuguesa na Amazônia, a construção dos fortes pelas expedições portuguesas ao longo dos rios amazônicos – tais como o Forte do Presépio (1616), Forte São José do Rio Negro (Manaus), Forte São Gabriel da Cachoeira,

Forte São Francisco Xavier de Tabatinga e o Real Forte Príncipe da Beira (1783) – foi decisiva para conceder o direito de posse (*uti possidetis*) das porções amazônicas aos portugueses. Como consequência, o Exército Brasileiro, por meio da *estratégia da presença*, está em todos esses redutos amazônicos, proporcionando proteção e defesa às fronteiras da região. A presença se faz também por obras de infraestrutura, como a construção da BR-163 pelo então 3º Batalhão Rodoviário no trecho entre Cuiabá e Santarém, o que culminou com a integração nacional.

Ainda assim, pode-se concluir que há um ordenamento estatal voltado à segurança e integração da Amazônia Legal sem se esquivar da preservação. Por meio da presença estatal, levando segurança, governança, desenvolvimento e proteção das riquezas naturais da região, o país pode ser considerado hoje um mantenedor de seu poder absoluto na Amazônia, como afirmou Reis Friede em 1993.

Por fim, a manutenção da soberania brasileira na região da Amazônia Legal perpassa todas as expressões do Poder Nacional. Verifica-se que o Brasil vem atuando de maneira eficaz na aplicação da política no cobiçado espaço geográfico que é a Amazônia brasileira. Esse bioma possui elevada relevância no tocante ao meio ambiente, recursos naturais, biodiversidade e mudanças climáticas, o que é de fundamental importância para o futuro do nosso país. 

Referências

ARRUDA, José Jobson de A. **Atlas histórico básico**. Ática.1996.

ARRUDA, José Jobson de A.; PILETTI, Nelson. **Toda a História**: História Geral e do Brasil. 13. ed. [S. l.]: ática, 2012.

BARBOSA, Evandro Brandão et al. Zona Franca de Manaus: política brasileira de desenvolvimento socioeconômico regional. **En Observatório de la Economía Latinoamericana**, n. 184, 2013.

BECKER, Bertha K. **Amazônia**: desenvolvimento e soberania. 2005.

BRASIL. Governo Federal. **Conselho Nacional da Amazônia Legal**. [S. l.], 11 fev 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/conheca-a-vice-presidencia/conselho-da-amazonia>. Acesso em: 28 set 2022.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Programa Floresta +**. [S. l.], 2 jul. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt.br/assuntos/servicosambientais/florestamais/ProgramaFloresta.pdf>. Acesso em: 28 set 2022.

BURNS, E. Bradford. **As relações internacionais do Brasil durante a Primeira República**. História geral da civilização brasileira. Rio de Janeiro-São Paulo: Difel, v. 3, 1977.

CORTESÃO, Jaime. **Raposo Tavares e a formação territorial do Brasil**. [S. l.]: Ministério da Educação e Cultura, 1958.

DE ALBUQUERQUE FRANCO, Nedy Bianca Medeiros. **A anexação do Acre ao Brasil dentro do contexto de relações internacionais que conduziram a construção das fronteiras brasileiras (1580-1909)**. Jamaxi, v. 1, n. 1, 2017.

FAUSTO, Boris. **História geral da Civilização Brasileira**. Tomo III. Volume II, Rio, 1984.

FREGAPANI, Gelio. **A Amazônia no grande jogo geopolítico: um desafio mundial**. Thesaurus Editora, 2011.

FRIEDE, Reis. **Limites da soberania nacional no cenário internacional**. A Defesa Nacional, n. 760, 1993.

FROTA, Guilherme de Andrea. **Quinhentos anos de história do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2000.

GADELHA, Regina Maria A. Fonseca. **Conquista e ocupação da Amazônia: a fronteira Norte do Brasil**. Estudos Avançados, v. 16, p. 63-80, 2002.

GUERREIRO, Ketiane. **Estratégias da colonização portuguesa na Amazônia**. EXAMÁPAKU, v. 1, n. 1, 2008.

HADDAD, Esther Priscila Marques; DIAS, Eliotério Fachin. **A Relativização do Conceito de Soberania**. Revista Jurídica Direito, Sociedade e Justiça, v. 4, n. 5, 2017.

HOLANDA, Sérgio Buarque de, et al. **História Geral da Civilização Brasileira**. tomo I. Época Colonial, v. 1, 2008.

HOLANDA, Sérgio Buarque de, et al. **História Geral da Civilização Brasileira**. tomo I. Época Colonial, v. 2, 2011.

PEREIRA, Manoel Gomes. **Barão do Rio Branco**. FUNAG. 2019.